QUESTÕES SOBRE "GEOPOLÍTICA DO BRASIL"

Golbery do Couto e Silva

Notas de 1954, em torno de questões levantadas pelas primeiras conferências de "Geopolítica do Brasil".

MELHOR DEFINIÇÃO DE GEOPOLÍTICA

Sem dúvida, entre os maiores cultores da Geopolítica estavam os alemães, sob a égide de Haushofer, já pelas tradições que vinham desde Ratzel, já pela situação todo especial do país, comprimido em fronteiras exíguas e com grandes aspirações de expansão para o interior.

Ora, os próprios propugnadores da Geopolítica nunca conseguiram se acertar numa definição do que fosse esta *arte* ou *ciência*. Encontram-se definições que caracterizam a Geopolítica como *ciência*. Há outras definições que a caracterizam como *arte*. O próprio Haushofer cunhou uma definição em que começa falando em ciência e termina falando em arte.

Não sei se me lembro bem, mas creio que ele disse: a Geopolítica é uma ciência da influência da terra sobre a evolução do Estado, servindo como diretriz política, para a gestão dos negócios do Estado.

Houve uma época em que, em face dessas divergências, os chamados "quatro grandes" da Geopolítica alemã, Haushofer, Lauterbach, Obster, e não sei se Passagra ou outro, se reuniram para estabelecer uma definição oficial do que era Geopolítica; e a definição começa chamando a Geopolítica de ciência, evidencia, entretanto, no contexto tratar-se de uma arte.

Eis essa definição: "a Geopolítica é uma ciência das relações da terra com os processos políticos; baseia-se nos amplos fundamentos da geografia, especialmente da geografia política etc.

Ademais, a Geopolítica proporciona armas para a ação política e diretrizes para a vida política em seu conjunto; assim, a Geopolítica se converte numa arte, a arte de guerra que é a política prática. A Geopolítica é a ciência geográfica do Estado".

Depois de ler esta definição dos "quatro grandes" da Geopolítica, será o caso de perguntar: é a Geopolítica, afinal, ciência ou arte?

Em primeiro lugar, creio que os limites do que seja ciência e arte, como de um modo geral todos os limites, hoje em dia, estão ficando cada vez mais debatidos. Ao tratar da ciência mais positiva — por mais abstrata que seja — a matemática, verifica-se a grande influência que tem o senso estético na descoberta e na invenção em matemática. Isto foi muito bem assinalado por Poincaré e, hoje em dia, é uma verdade indiscutível. A beleza das combinações analíticas que um Grabois podia prever, um Wronsky ou um Jacobi, é qualquer coisa que faz apelo ao senso estético do homem.

Em outros setores também se vislumbra esta faixa mais ou menos indefinida, que faz com que ciência e arte apresentem pontos de contacto muito íntimos. Mas se, para caracterizar bem as coisas, nos deixarmos guiar pela conceituação que é usual desde muito tempo, eu não tenho, de minha parte, dúvida em caracterizar a Geopolítica antes como arte do que como ciência.

A meu ver, pelas leituras do assunto, parece-me que temos uma ciência que é a Geografia; dentro da Geografia temos a Geografia Política que, inegavelmente uma ciência também, é o fundamento científico da Geopolítica.

O que a Geopolítica faz, à luz do que a Geografia Política lhe fornece como dados científicos e ante uma Análise da Conjuntura — porque a Geopolítica é antes do mais, um estudo *atual* — é uma interpretação, uma visão, uma "inteligência", uma perspectiva do mundo. Assim, formulam-se teorias de Geopolítica.

E aí temos desde a teoria Mahan — que era Geopolítica antes-de-se-chamar-assim, como personagem de Moliére — até a Geopolítica de Haushofer que se declarava Geopolítica e a Geopolítica de Spykman e, ainda, a de Bowman que renega a Geopolítica mas faz Geopolítica mesmo.

De maneira que, sem dúvida, o grande objetivo da Geopolítica é quase idêntico ao do que aqui nós temos denominado Estratégia, isto é, traçar diretrizes de uma política de Segurança Nacional, entendida essa Segurança Nacional no seu conceito mais amplo, como incluindo também a valorização e a integração do espaço e território do próprio país.

No que a Geopolítica transborda da Geografia Política, a meu ver, é naquilo em que ela, à luz dos fatores geográficos, delimita e define as linhas de ação política a adotar. Porque, embora a Geografia traduza o fator de maior estabilidade do planeta, um fator de grande importância, não é este o único que deve influir no planejamento da política de Segurança Nacional, é evidente. E aí está porque a Geopolítica alemã, que foi aquela que mais abertamente encarou o ponto de vista pragmático e procurou influir na decisão do Estado, veio a descambar para além da Geografia nos terrenos dos mais variados, criando-se até uma Geopsicologia, uma Geojurisprudência, uma Geomedicina, etc.

É que, ao examinarem os problemas do país, os Geopolíticos do Instituto de Munique verificaram que tinham de levar em conta forçosamente os demais fatores, econômicos, psico-sociais, etc. e chegaram mesmo — talvez a contragosto do próprio Haushofer — a adotar aquela fórmula tão explorada do "Blut und Boden", fórmula até um pouco dúbia, porque tanto pode ser interpretada como sangue e terra, raça e território, ou seja, uma componente racista que não

era tanto de Haushofer como de Rosemberg; ou então, como "o homem", aí interpretado como homem-elemento-social, e a terra.

Mas, enfim, eu não tenho autoridade para decidir em questão tão séria.

Em primeiro lugar, porque teria sempre minhas dúvidas quanto à razão de qualificar um setor do conhecimento como rigorosamente científico ou rigorosamente artístico, de vez que esses limites já estão se interpenetrando.

Em segundo lugar porque, tal a variedade de opiniões a esse respeito, que seria temerária qualquer afirmação em favor de maior precisão de uma dessas idéias ou de outra. Apenas, ao referir-me ao assunto, ao tratar de uma aplicação da Geopolítica ao caso brasileiro, eu tinha o dever de definir o ponto de vista segundo o qual me colocava no problema. E esse meu ponto de vista é o de que a Geopolítica é uma *arte*. Aliás, vemos também esta falta de precisão no assunto, até nos próprios escritos de Mackinder, onde ele define a Geopolítica como ciência, mas se filia estritamente aos pontos de vista de Kjéllen, chega a falar nos outros ramos paralelos à Geopolítica, a Demopolítica etc. Ora, o ponto de vista do criador do tema Geopolítica, evidentemente não era o da Geopolítica como ciência geográfica e sim como ramo de uma ciência política, que compreendia também outros ramos.

De qualquer maneira, mais política do que geografia.

PODER AÉREO E GEOPOLÍTICA

Evidentemente temos aí duas questões: a do papel do poder aéreo na Geopolítica Nacional e a posição do poder aéreo na Geopolítica Mundial.

Iniciando pela mundial, para começar pela perspectiva mais ampla e chegar depois ao campo mais reduzido, refiro-me a Mahan, a Mackinder, a Spykman que são grandes mestres da Geopolítica mas de forma alguma penso que as teorias desses mestres mantêm hoje aquele verdor que tinham quando foram expressas. Aliás, já tem sido muito comentado que a teoria de Mahan apareceu exatamente numa época em que o poder marítimo entrava a declinar, senão definitivamente — porque não se deve falar em coisas definitivas num mundo que apresenta sucessivos ciclos de repetições freqüentes na sua evolução — mas, pelo menos, numa época em que declinava, talvez temporariamente, o poder marítimo, ante o que se tem chamado "a revolta dos espaços continentais", expressão muito interessante, aliás.

De fato, a Inglaterra formulara toda a sua política e construíra toda a sua grandeza realizando uma Geopolítica calcada no domínio marítimo pela dominância absoluta dos mares e estreitos, o domínio das chamadas "esquinas do mundo", controlando toda a circulação marítima mundial e assegurando, assim, sua supremacia.

Mas quando Mahan apresentou sua teoria, vindo curiosamente a explicar aos ingleses ou, pelo menos, a apresentar-lhes, sob a forma de uma teoria orgânica, aquilo que eles vinham fazendo sem teoria alguma, já a circulação terrestre, os meios de transporte correspondentes resultantes da evolução industrial e da evolução da técnica, estavam vigorizando a circulação intracontinental.

De maneira que os grandes espaços começaram a poder reagir pela possibilidade de concentração mais rápida de massas humanas em determinado ponto da periferia.

Então, embora não se possa obscurecer o grande papel da teoria de Mahan — quando mais não seja, por explicar, de um lado, a política tradicional que assegurara à Inglaterra o domínio mundial e, por outro lado, permitir aos Estados Unidos, com a abertura do Canal de Panamá, a posse do Havaí e uma política decisiva no Mar das Antilhas, constituírem-se em herdeiros futuros da Grã-Bretanha — ela, de qualquer forma, expressando uma fé absoluta na supremacia do poder marítimo, estava de fato sendo ultrapassada na época em que surgiu.

Curioso é que quem apontou com maior precisão esse fato, tenha sido um inglês — Mackinder desde o seu primeiro trabalho sobre a área pivô do mundo, confirmado depois na sua obra sobre "Os Ideais Democráticos e a Realidade". Foi Mackinder quem mostrou a importância dos espaços terrestres, salientando o alto valor da zona que chamou "coração do mundo" (Heartland), mais ou menos indene às ações do poder marítimo, e que podia reviver a época dos invasores mongólicos, das colunas de Gengis Khan.

Mas, quase que mal ainda formulada e adotada a seguir por Haushofer e pela Geopolítica alemã, vinha a teoria de Mackinder a sofrer o impacto, revolucionário neste setor como em tantos outros, do surgimento do poder aéreo.

Hoje em dia, já se fala até numa Aeropolítica, contrapondo-a à Geopolítica. Não há, porém, ao que eu saiba, ainda uma teoria estruturada sob moldes tão orgânicos, tão claros, tão definidos como foram a de Mahan, primeiro, e a de Mackinder depois, no que respeita ao valor e à importância da arma aérea. Talvez porque seja uma limitação própria do espírito humano, a de não perceber o alcance, a importância das coisas com apreciável antecedência. O que ocorre, é, de um lado, a maior importância atribuída aos espaços árticos, embora relativamente qualificada pelo ponto de vista de Spykman, mas também, por outro lado, a ênfase dada a importância dos espaços periféricos, do cordão insular, em relação à terra central, exatamente pelas maiores facilidades de que, organizando-se um cinturão de bases ao longo desta área periférica, se poder martelar o centro do mundo, já agora não mais invulnerável às ações do poder marítimo e aéreo conjugados.

Não me parece que se deva compreender como Geopolítica a teoria de Douhet, a teoria de Mitchell, a teoria de Seversky etc. Talvez haja um aspecto interessante, geopolítico, nos pontos de vista de Mitchell, quando se refere à importância transcendental do Alasca na estratégia mundial em face de sua utilização como plataforma de ações aéreas. E há sem dúvida, também, o começo de uma Geopolítica fundamentada principalmente no poder aéreo, quando Seversky dá ênfase à base do território nacional, para ações aéreas por sobre o oceano.

A política de bases aéreas do poder americano situa-se, de um lado, de acordo com os pontos de vista de Spykman, quer dizer, domínio das orlas terrestres permitindo martelar o coração continental mas, sem dúvida, já prevê de outro lado, novos avanços da técnica, o progresso da aviação, os novos bombardeiros de grande raio de ação, desde a possibilidade futura de realizar aquilo que Seversky anteviu: o poder aéreo, baseado no núcleo central do país, poder dali, diretamente, sem utilização da terra de ninguém, atuar sobre os centros vitais inimigos.

Esboça-se, assim, uma Geopolítica com maior ênfase ao poder aéreo, porém não me parece ainda que esteja definitivamente estruturada. No caso, creio, é possível dizer-se que o ponto de vista de Mahan está sem dúvida ultrapassado, no momento, e o ponto de vista de Mackinder, que foi adotado por Haushofer, também precisa ser qualificado em face do papel preponderante do poder aéreo.

Aliás, no início deste ensaio foi dito que um dos pontos que caracterizam a civilização de hoje é o papel fundamental do conceito de integração. E de fato, uma teoria baseada na predominância absoluta de um poder marítimo, ou de um poder terrestre, ou de um poder aéreo, a meu ver, está, naturalmente fadada a ser ultrapassada, por outra que compreenda tudo isso, como um elemento da integração do poder: o poder militar que, por sua vez, é nada mais que uma componente do poder nacional.

Quer dizer, o mundo tende para abandonar essas teorias por assim dizer monolíticas do poder, e apreciar e construir uma teoria geopolítica baseada sobre o poder integrado das nações.

Isto é o que me parece.

Quanto ao papel do poder aéreo na Geopolítica brasileira, tanto do ponto de vista da integração territorial, como no da segurança contra ameaças externas, creio que me referi, com bastante precisão, ao papel da circulação seja para a segurança, seja para a integração.

E ao falar em circulação não dei conotação alguma especial ao meio de transporte utilizado para esta circulação. Quer dizer, circulação utilizando tanto meios terrestres, quanto meios marítimos, de cabotagem é claro, ou fluviais, quanto também meios aéreos, ao se tratar da ligação entre regiões brasileiras.

De fato, aí vai reaparecer o conceito de integração. Se quisermos resolver o problema dos transportes do Brasil, com apenas a solução da ferrovia, ou da rodovia, ou do transporte aéreo, ou do transporte marítimo, creio que seremos levados a uma solução menos vantajosa. O problema é ainda um problema de integração, é um problema de conjugação dos diferentes meios de transporte, tudo objetivando realizar uma circulação ampla, que vitalize o território, que ligue os diferentes núcleos do país.

Agora, numa primeira fase, mais de segurança do que de integração, em que se imponha a criação de nódulos fronteiriços de barragem, contra qualquer invasão, nódulos estes separados do núcleo central por um largo espaço vazio, evidentemente, o meio de transporte aéreo terá papel excepcional no estabelecer ligação entre esse núcleo central a essas sentinelas avançadas e perdidas da nossa civilização em meio às fronteiras desertas do noroeste.

FORÇAS ARMADAS E DESENVOLVIMENTO

Sem dúvida, nesta manobra estratégica de integração do território nacional, como na de segurança, às Forças Armadas caberá papel de relevo a realizar — não fossem elas uma expressão muito definida do Poder Nacional. E uma das grandes dificuldades com que lutam os países de poucos recursos, reside sem dúvida na manutenção do aparelhamento bélico, militar — caro como é — e que exige o desvio de grande volume de recursos para um fim não reprodutivo imediatamente. Um país onde o problema fundamental é o da falta de capital para inversões, o emprego de capitais nas Forças Armadas é sempre uma parcela

vultosa que se tira do montante total e que se deixa de aplicar na realização de empreendimentos reprodutivos. Mas a política, a arte da política, está exatamente em balancear as necessidades de toda ordem do país. Há necessidade de desenvolvimento e há necessidade de segurança. E como a segurança exige Forças Armadas em maior ou menor volume, recursos terão que ser necessariamente destinados a esse fim em montante correspondente à gravidade das ameaças que se prenunciem. Já foi assinalado na Escola Superior de Guerra, em 1952, por um brilhante conferencista, o Embaixador Roberto Campos, que uma fórmula deve ser usada e se possível abusada, neste particular: a busca sempre de emprego bivalente dos recursos. Quer dizer, sempre que seja possível, às Forças Armadas, com os recursos alocados para seu fim específico de segurança e sem prejuízo desta sua finalidade própria, concorrem em outras tarefas que visem ao desenvolvimento e ao progresso do país, isso só poderá ser benéfico porque representará uma aplicação, parcialmente reprodutiva, dos capitais destinados a fins militares. Daí resulta mais uma razão pela qual as Forças Armadas terão que cooperar nesta tarefa de integração do território nacional, sob formas das mais diversas: seja com unidades encarregadas de construir estradas de ferro e de rodagem; seja como elementos de aviação que estabelecerão rotas aéreas de ligação entre diferentes pontos vitais; seja mesmo como núcleos armados, núcleos disciplinados em torno dos quais se constituirão aqueles tampões de população nos pontos mais importantes. Não creio que se possa discordar da idéia de que às Forças Armadas, tanto as de terra como as do mar e as do ar, caberá papel de relevo na realização desta valorização do espaço nacional. Cumpre, apenas, salientar um aspecto: a estratégia baseia-se, como vimos, em vários princípios, um conjunto de princípios que são mais ou menos imutáveis. Alguns deles merecem ênfase maior ou menor, conforme a circunstância particular do país que vai empregar a estratégia. Num país pobre de recursos, como o nosso, de recursos de toda a ordem, o fundamental será, sem dúvida, o *princípio da economia de meios*. É preciso economizar forças em determinada frente, frente militar ou frente de civilização, para concentrar o máximo disponível numa outra frente que se julgue mais importante e onde resultados se possam obter em prazos mais curtos. Ora, o que ocorre hoje nessa questão de valorização do espaço do Brasil é, talvez, a pulverização excessiva dos recursos, na realização de obras dispersas no território nacional, uma aqui e outra acolá, sem uma firme caracterização daquilo que chamamos em linguagem militar "o esforço" a realizar. Talvez a idéia principal que busquei transmitir é de que, no espraiamento da população brasileira sobre o território — o que é um imperativo nacional — é preciso também obedecer a esse princípio, isto é, buscar as linhas que representem o esforço principal a ser realizado e atribuir aos demais pontos, às outras frentes, o mínimo de recursos indispensáveis à solução de determinados problemas que são, não de integração, mas quase de humanidade, para permitir às populações locais viverem em situação menos deprimente. Creio que se conjugarmos tais idéias, daremos ao quadro uma proporcionalidade que melhor favorecerá a realização de tal manobra.

"ÁREAS ESTRATÉGICAS"

Ao abordar em 1951, e pela primeira vez no Brasil, o estudo de áreas estraté-

gicas, o General Cordeiro de Farias caracterizou-as como "zonas territoriais que representam valor para a segurança nacional", classificando-as "segundo a importância político-econômica, psicológica e militar para o país que as estuda". O que, na terminologia ora adotada, equivale a dizer que tais áreas são as que, pelo seu potencial estratégico (integração dos potenciais político, econômico, psico-social e militar), apresentam significação estratégica tal que se devam considerar campos de aplicação efetivamente úteis para uma ação ou ações estratégicas visando à consecução ou salvaguarda dos Objetivos Nacionais.

Ou ainda, dito em outras palavras como mestre Cordeiro: "regiões do mundo particularmente significativas para o sucesso da política de cada nação" (esboço da definição de áreas estratégicas internacionais).

Por outro lado, salientou ele, quanto às áreas consideradas internacionais:

— que "o CEN (Conceito Estratégico Nacional) de cada país indicará as áreas internacionais que devam ser estudadas";

— que, para os "países com reduzido potencial militar", estas se limitam às "de imediata conveniência", englobando "as nações amigas ou inimigas em potencial e... todos os países limítrofes a estas";

— que o agrupamento de nações ou parte de nações em uma mesma área "depende essencialmente do ponto de vista (especial) de determinado país" (interessado), particularmente de seus próprios objetivos nacionais.

Quanto às áreas classificadas como áreas estratégicas nacionais, definiu como "áreas que, perdidas ou destruídas, venham a reduzir a posição político-econômica, psicológica e militar internacional do país". Como se vê, é ainda a significação devida ao potencial estratégico regional que, também nesse caso, caracteriza a área estratégica; além disso, a hipótese de perda ou destruição implica a existência de pressões externas ou internas que sobre elas incidam ou se prevê possam vir a incidir.

Finalmente, salienta Cordeiro de Farias: "esta divisão de áreas estratégicas em nacionais e internacionais visa à orientação e facilidade de nossos estudos, que propriamente um sentido de diferenciação ou de distinção entre elas; na verdade, o que a prática demonstra quase sempre, é a sua interpenetração, a sua conexão e a sua interdependência"; o que permite compreender a razão da categoria especial das áreas ou zonas fronteiriças que englobam, num "todo único", partes do território nacional e do território de países vizinhos.

Dúvidas e confusões surgidas na aplicação em estudos posteriores parecem recomendar, a nosso ver, o abandono da classificação em áreas nacionais e internacionais, pelo que buscamos caracterizar as áreas estratégicas de um modo geral e mais amplo, independentemente da sua localização.

Mas, no fundo, o conceito ora apresentado coincide com o que desde 1951 vem servindo de base a estudos estratégicos.

Quanto à denominação de "áreas continentais", proposta pelo General Ribas Júnior, preferimos reservá-la para o caso de áreas estratégicas definidas do ponto de vista da estratégia continental de segurança coletiva regional, no âmbito da OEA.

Dessa forma, sempre que se fale de áreas estratégicas, sem usar daquele ou outro qualificativo, estaremos tratando de áreas definidas do ponto de vista bra-

sileiro, com o que teremos sanado as dúvidas levantadas, sem necessidade de adotar uma tipologia mais ou menos complexa de áreas, a qual nos parece não traria grandes vantagens práticas.

Finalmente, não parece supérfluo assinalar que o conceito de área estratégica é um conceito de Estratégia Geral, o qual, por isso mesmo, não se deve confundir com os de Teatro de Operações e Zona de Defesa, próprios da Estratégia militar. Também por vezes no âmbito restrito desta Estratégia particular, é usual o emprego da expressão "área estratégica" no sentido de "área estratégico-militar".

Não parece, porém, haja perigo maior de confusões uma vez que se tenha bem presente o campo estratégico — geral ou particular — de que se trata em cada caso.

O TERMO "TAMPONAMENTO"

"Tamponamento" traduz a idéia de um núcleo de barragem. Não quis empregar o termo "barragem", porque barragem dá mais idéia de uma configuração longitudinal e aqui se trata mais de núcleos, de nódulos de condensação, que não só atuam como elementos de barragem para deter o avanço segundo certos caminhos de penetração, mas também possam servir como núcleos de condensação mesmo e núcleos de expansão, aos poucos se espraiando nos espaços circunvizinhos.

Onde localizar cada núcleo? Claro, através da identificação das zonas naturais de penetração. Uma vez identificados os caminhos naturais de penetração, o que não só a Geografia indicará mais também a História, tratar-se-á então, de localizar tais núcleos, atentos à finalidade de barrar esses caminhos e, também, às condições de viver e prosperar. Quanto à forma exata de executar esses "tamponamentos", jamais seria muito rígida.

Vejo esses núcleos com a possibilidade de resistir a qualquer penetração e, como disse há pouco, em condições de viver e prosperar. Então, a constituição desses núcleos vai depender, de um lado, conforme o lugar, da natureza da ameaça que se manifesta, da região onde será implantado. De outro lado, das condições de vida existentes. Quer dizer, são problemas quase direi de ecologia regional, e que vai permitir, definir qual deve ser a posição desse núcleo.

Estudo é esse a ser feito de espírito completamente livre e desprevenido de qualquer solução apriorística, que só poderia ser perniciosa.

Sem querer me pronunciar muito decisivamente sobre o assunto, um fato é inegável: é que núcleos tais, assim dispostos, longe do núcleo central do país e com uma missão de resistência, terão de ter uma estrutura muito mais centralizada, quer dizer, uma certa disciplina e, forçosamente, quando se fala em disciplina, vem logo a idéia de organização militar. Será uma organização militar ou parecida à organização militar, mas variável conforme as possibilidades da região. Porque em algumas regiões, talvez seja possível adotar forma muito mais branda do que a que seria imposta em outros lugares mais desertos e mais isolados. Talvez uma espécie de colônia militar adaptada. O que desejo salientar, desde logo, é que cada núcleo desses será talvez completamente diferente dos outros. Sem adaptação, não poderá viver, não poderá prosperar. Temos visto exemplo de inúmeras colônias nossas que têm sido criadas para outros fins, e que não têm vingado, exatamente por

falta de adaptação ao meio em que estão localizadas.

Quanto à denominação exata, a mim me parece que em tudo que fizermos com vista a problemas brasileiros, o melhor é dar sempre às cousas o seu nome justo. Uma vez que a finalidade capital desses núcleos será tamponar, será barrar qualquer penetração, poderemos e devemos, para entendimento claro, chamá-los de "Núcleos de Tamponamento" ou de "barragem", para caracterizar bem sua finalidade principal — evitar uma penetração segundo esses caminhos naturais, estabelecendo indiscutivelmente a posse brasileira da terra naquela região.

Em alguns desses pontos criaram-se mesmo Territórios Federais, segundo denominação constitucional, não descritiva.

Às vezes, por não se querer dizer claramente o fim principal que se tem em vista numa determinada realização, esta, com os tempos se transforma, passa a ser outra coisa, passa a ter outra finalidade. Ora, sem dúvida, tais núcleos de "tamponamento" criam condensação de povoamento naquelas regiões; atrairão, naturalmente, as populações circunvizinhas, caso não se lhes anteponha outro núcleo com maior poder de atração. Aí vale até certo ponto, a lei da física, da atração das massas na razão direta de seu volume.

Tal atração ocorre em alguns pontos de nossa fronteira, pontos onde crianças brasileiras passam a freqüentar escolas do outro lado da linha — é porque, do nosso lado, não temos elementos de atração.

Uma vez que nossos núcleos sejam mais potentes, tenham vitalidade maior, serão eles que exercerão esse poder de atração. Tanto mais facilmente quanto é sabido que, em todo esse arco do noroeste, também os núcleos de povoamento dessas nações andinas estão separados dos seus centros importantes, pela região chamada "a montanha", aquela selva difícil, de ligações muito complicadas.

Outro aspecto que merece um esclarecimento, é que, ao falar nestas linhas de ação, refiro-me a linhas de ação estratégicas gerais, quer dizer, trata-se de, como linha de ação de estratégia geral, criar aqueles nódulos etc.

Mas essa linha de ação estratégica geral, decompor-se-á, evidentemente, em linhas de ação particulares aos diversos campos estratégicos. Ou seja, no campo político, isto vai repercutir na criação de uma estrutura política local, seja território ou não.

Da mesma forma, do ponto de vista econômico resultará uma linha de ação econômica, que virá ter em vista a estrutura econômica desses nódulos, para que possam sobreviver; e, também, a ligação desses núcleos com as zonas centrais.

O General Golbery do Couto e Silva é um eminente estudioso de Ciência Política no Brasil. Seu livro "Geopolítica do Brasil" de há muito já atravessou nossas fronteiras para se constituir num estudo basilar de interpretação político-social do Brasil. Ex-Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, o autor empresta atualmente inteligência e criatividade ao setor bancário da iniciativa privada nacional. Ex-membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra.

Resultará, ainda, uma linha de ação militar; resultará uma linha de ação psi-co-social...

Portanto, o problema a que me referi é do âmbito da estratégia geral. As linhas de ação decorrentes incluirão, por certo, na base psico-social uma política agrária, uma política de colonização, políticas essas também adaptadas às condições locais. Ninguém vai pensar em colonizar lá no alto Rio Branco da mesma forma como irá colonizar no Guaporé, no Acre ou em outra região qualquer. Há diferenças e, portanto, a política terá que ser uma política condicionada ao meio, às contingências do meio físico.

Na verdade, situei-me apenas no plano de conjunto, não me detive nas decorrências, que serão inúmeras, de cada uma dessas linhas de ação de estratégia geral. Enorme seria o número de conseqüências a serem adotadas no campo econômico, político, psico-social e militar. Mas isto seria outra história...